

## FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - FECAMRN

### DECISÃO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº 017/2021

Recorrente: Coesa Locações & Serviços Eireli

Recorrido: Câmara Municipal de Portalegre

Objeto: Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade da Coesa Locações & Serviços Eireli referente a inexecução parcial do Contrato nº 006/2020.

#### DAS PRELIMINARES

Recebo os autos para JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa Coesa Locações & Serviços Eireli contra decisão que a penalizou com multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal. Verifica-se a tempestividade e a regularidade do presente recurso, atendendo o art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/93.

#### DAS FORMALIDADES LEGAIS

Foram cumpridas as formalidades legais durante o trâmite do PAAR, conforme comprovam os documentos anexados aos autos.

#### DAS RAZÕES DA EMPRESA RECORRENTE

A Empresa Indiciada apresentou Recurso Administrativo, datado de 24/03/2022 e enviada para o e-mail do Órgão apenas em 27/03/2022 (domingo). Em sua defesa alegou que a mora em apresentar a certidão de tributos federais para que pudesse assinar o primeiro termo aditivo contratual ocorreu por culpa de terceiros, qual seja da Receita Federal, em retardar a liberação. Argumentou que a Câmara Municipal de modo algum aceitou reequilibrar o contrato, mesmo havendo incontáveis motivos para isso, sem olvidar de respaldo legal e parecer jurídico favorável. Alegou a inobservância da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da multa. Complementou que não houve advertência pretérita que fundamente a postura sancionatória desarrazoada.

Ao final do Recurso, requereu a admissão do mesmo e o acolhimento do mérito para determinar o arquivamento do processo administrativo por ausência de justa causa. De forma subsidiária, requereu a aplicação apenas da sanção de advertência, ou no máximo, a cumulação desta com a sanção de declaração de inidoneidade para contratar com este órgão legislativo municipal.

#### DA ANÁLISE DAS RAZÕES DO RECURSO

Analisando as razões do Recurso Administrativo, observa-se que não foram apresentados argumentos capazes de afastar a responsabilidade da recorrente. Observa-se que, em sua defesa inicial, a Empresa alegou que a paralisação inicial da obra por 4 (quatro) meses ocorreu por culpa exclusiva do Órgão contratante, o que aparentemente reconsiderou sua alegação inicial, dada a comprovação de que a maior mora ocorreu por parte da Recorrida em decorrência da não apresentação de certidão "negativa" ou "positiva com efeitos negativos" de tributos federais. No recurso alegou que houve culpa exclusiva de terceiro, qual seja, do Órgão Federal responsável pelo processamento da certidão. Entretanto, conforme demonstrado pela Comissão Processante, a Contratante, por meio do seu Fiscal, em nenhum momento aceitou a paralisação e sempre cobrava pelo retorno das atividades, pois a maioria dos serviços poderiam ter sido realizados, independentemente da readequação orçamentária. Inclusive, as tarefas das primeiras etapas do cronograma, a exemplo das esquadrias que deveriam ter sido realizadas a contento.

Dessa forma, nota-se que o impedimento da certidão não foi o responsável pela atuação desidiosa da Recorrente, haja vista a possibilidade de execução de demais serviços que não se encontravam no objeto da readequação. Além de que, após a emissão da certidão e conclusão da readequação orçamentária, a empresa continuou a criar barreiras para a execução da obra.

A alegação apresentada no recurso de que a Câmara Municipal de modo algum aceitou reequilibrar o contrato, mesmo havendo incontáveis motivos para isso, sem olvidar de respaldo legal e parecer jurídico favorável, não merece prosperar, sendo, pois, totalmente inverídica.

Após a notificação de rescisão contratual já que a obra se encontrava paralisada por mais 48 (quarenta e oito) dias desde o aditivo da readequação orçamentária, no mês de junho/21, a Recorrente apresentou resposta solicitando o reequilíbrio orçamentário-financeiro pautado na crise econômica decorrente da pandemia.

Em seguida, conforme demonstrado nos autos, dada as limitações financeiras do órgão para reajustar todos os serviços pendentes de execução, elegeu-se os primordiais para proceder com a revisão contratual e supriu os demais, de forma que o valor total fique dentro das possibilidades financeiras deste órgão, uma vez que com o reajuste econômico o valor total, pendente de execução, ficou inalcançável. Após o reajuste, o valor restante a pagar para a empreiteira evoluiu da importância de R\$ 47.290,90 (quarenta e sete mil, duzentos e noventa reais e noventa centavos) para R\$ 61.183,08 (sessenta e um mil, cento e oitenta e três reais e oito centavos), conforme planilha de realinhamento de preços presente no processo. Com isso, este realinhamento de preço, formalizado em 11/08/2021, resultou no terceiro termo aditivo que teve um impacto financeiro no valor de R\$ 1.449,55 (mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), mesmo com menos itens a serem executados.

Ressalta-se que a revisão utilizou a base de dados do SINAPI como referência, ajustando a data base de julho/2020 para junho/2021. Neste período, conforme dados extraídos do site do IBGE, responsável pela pesquisa de preços SINAPI, o custo por metro quadrado na unidade da federação Rio Grande do Norte obteve um aumento de 19%. Lembra-se que o INCC no mesmo período foi de aproximadamente 16%, sendo este índice evidenciado pela empresa em sua resposta, o que foi totalmente condizente com a base de dados do SINAPI desenvolvida pelo IBGE e que anulou o desequilíbrio financeiro do contrato.

Dessa forma, resta comprovado que houve reequilíbrio orçamentário-financeiro com base em índices que refletiram o real comportamento do mercado. No entanto, após a assinatura do terceiro termo aditivo de revisão, adequação de planilha orçamentária e prorrogação de prazo contratual, a Empresa contratada permaneceu inerte quanto ao retorno da obra.

A argumentação de que não foi observada a proporcionalidade e razoabilidade na aplicação da multa revela-se ineficaz, haja vista que tais princípios foram observados e embasados pela legalidade e vinculação ao instrumento convocatório e contratual, para sua aplicação.

Sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade, faz-se importante trazer à discussão os ensinamentos do Ilustre Doutrinador Toshio Mukai[1], o qual afirma o seguinte:

Como se sabe, o princípio da legalidade, em direito público, impõe que o administrador público, ao pretender fazer algo, disponha de norma habilitante para tal (ele atua sob a lei; aplica a lei de ofício, como dizia o saudoso Ministro Seabra Fagundes); o princípio da impessoalidade, na verdade, é o princípio da finalidade administrativa, corolário essencial ao princípio anterior (Caio Tácito), que impõe ao administrador que, na prática do ato segundo a norma habilitante para tal, alcance a finalidade prevista por aquela.

A multa e a sanção administrativa aplicadas estavam previstas no Contrato 006/2020, no Edital 001/2020 e na Lei 8.666/93, portanto a administração agiu em estrito cumprimento aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, agiu de forma absolutamente legal. Além disso, a multa foi aplicada no percentual e para a base de cálculo definidos contratualmente, o que se mostrou proporcional e razoável à ilicitude praticada pela Recorrente.

A alegação da Recorrente de que sequer houve aplicação de advertência pretérita que fundamente a postura sancionatória desarrazoada não encontra fundamento. A situação sempre foi conduzida com clareza e comunicação por parte do Órgão Contratante, que inclusive enviou diversas notificações extrajudiciais pleiteando a retomada da obra e indicando claramente as consequências sancionárias, observado o devido processo legal, que a Contratada estaria sujeita, inclusive registre-se o envio Termo de Notificação de Rescisão Contratual pelos Correios em 16/11/2021 e por e-mail, em 03/12/2021, além de publicação do Diário Oficial do Órgão contendo a indicação da rescisão unilateral e das sanções previstas legal e contratualmente. Somente, após a obediência do prazo legal de 5 (cinco) dias úteis, na forma da alínea "e", do inciso I do Art. 109 da Lei 8.666/93, em 02/12/2021, que a Câmara Municipal procedeu com a rescisão definitiva do contrato, com sua publicação no Diário Oficial da FECAM e envio para os e-mails do Construtor.

Pelos motivos expostos, conclui-se que foram cumpridas as formalidades legais e tomadas as devidas providências cabíveis ao caso concreto, conforme comprovam os documentos anexados aos autos.

#### DA DECISÃO

Ante o exposto, DECIDO NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa Coesa Locações & Serviços Eireli, mantendo o julgamento anterior, de forma que, em razão da inexecução parcial do contrato, marcada pelo abandono da obra, e em função da gravidade deste fato, sejam aplicadas as penalidades de multa de 20% sobre o valor da etapa do cronograma físico-financeiro não realizado, o que totaliza valor de R\$ 12.236,62 (doze mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos) e da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme previsões do Art. 87 da Lei de Licitações e das cláusulas 10.1, "b", "b.2" e "d" décima do contrato. É como decido.

Portalegre/RN, em 30 de março de 2022.

Márcio José Pereira de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal

[1] Licitações e Contratos Públicos, 8ª edição, Editora Saraiva, pág. 31